



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, ATIVIDADES PRIVADAS E MEIO AMBIENTE.

Parecer conjunto ao Projeto de Lei Complementar n.º 05/2026.

Da autoria do Executivo, que pretende autorização legislativa para apreciar e deliberar sobre o projeto em tela, que **“Altera dispositivo da Lei Complementar nº 317, de 1º de outubro de 2025, que institui a Taxa de Preservação Ambiental – TPA no município de São Sebastião.”**

Conforme consta da Mensagem do Executivo, a proposta não pretende instituir nova espécie tributária, mas promover o aperfeiçoamento da disciplina jurídica, tributária, administrativa e operacional da TPA, especialmente quanto à definição do fato gerador, critérios de incidência, mecanismos de controle e monitoramento, pagamento, hipóteses de isenção, fiscalização, arrecadação, transparência e destinação dos recursos.

O projeto propõe nova redação aos arts. **228-A, 228-B, 228-C, 228-D, 228-E e 228-F** do Código Tributário Municipal, dispositivos anteriormente acrescidos pela Lei Complementar n.º 317/2025.

Também acrescenta os arts. **228-J, 228-K, 228-L e 228-M**, disciplinando, respectivamente, o Fundo Municipal de Gestão da TPA, o exercício do poder de polícia, as penalidades decorrentes do inadimplemento e os procedimentos para pagamento e constituição do crédito tributário.

Por fim, determina a renumeração do atual art. 229-H para **art. 228-H**, mantendo integralmente seu conteúdo, com a finalidade declarada de corrigir erro material de numeração.

Assim, compete à **Comissão de Justiça, Legislação e Redação** examinar os aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa da proposição.

Dessa maneira, esta Comissão verificou que a matéria se insere na competência legislativa municipal, por tratar de disciplina de tributo de competência do Município e de normas relativas à atuação administrativa municipal. A Constituição Federal autoriza os Municípios a instituírem taxas em razão do exercício do poder de polícia, conforme dispõe o art. 145, II. O mesmo dispositivo estabelece que as taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos.

O Projeto de Lei Complementar n.º 05/2026 expressamente vincula o fato gerador da TPA ao exercício regular do poder de polícia municipal, consistente nas atividades de controle, monitoramento e fiscalização do ingresso e do trânsito de veículos automotores no território municipal, com finalidade de proteção e conservação ambiental.

Portanto, sob os aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa examinados, não se identificam óbices à tramitação da proposição.

À **Comissão de Finanças e Orçamento** compete examinar os aspectos financeiros e orçamentários da proposição.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

Desta forma, esta Comissão verificou que o presente projeto disciplina a arrecadação e a aplicação dos recursos provenientes da Taxa de Preservação Ambiental – TPA, estabelecendo mecanismos específicos de controle e destinação.

Entre as principais alterações encontra-se a criação do Fundo Municipal de Gestão da Taxa de Preservação Ambiental, de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Conforme o art. 228-J proposto, constituirão receitas do Fundo:

- I – o produto integral da arrecadação da TPA;
- II – as multas e acréscimos decorrentes da TPA;
- III – rendimentos de aplicações financeiras, doações, convênios e transferências.

A proposta também determina a publicação periódica de relatório contendo informações sobre arrecadação, inadimplência, aplicação dos recursos, autos de infração e valores recuperados. Tal previsão reforça os mecanismos de transparência e controle da receita vinculada.

O projeto estabelece, ainda, que é vedada a transferência dos recursos do Fundo ao Tesouro Municipal, ressalvada a destinação de até 30% da arrecadação mensal, vedada a ampliação desse percentual por ato infralegal.

A Comissão observa que a criação e operacionalização do Fundo deverá guardar compatibilidade com as peças de planejamento e com as normas de execução orçamentária e financeira do Município, especialmente no momento da efetiva aplicação dos recursos.

Quanto às alterações nos valores da TPA, verifica-se que o projeto fixa a cobrança em número de VRM, de acordo com o tipo de veículo e relaciona a cobrança ao porte, ao potencial poluidor do veículo e ao custo estimado da atividade administrativa de controle, monitoramento e fiscalização.

No que diz respeito às anterioridades tributárias, o art. 4º do presente projeto expressamente determina sua observância nos casos de instituição ou majoração tributária. A Constituição Federal estabelece as regras de anterioridade anual e nonagesimal.

Logo, sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão entende que a matéria poderá prosseguir em sua tramitação.

Em relação à análise da Comissão de Meio Ambiente, a mesma verificou que a proposição possui relação direta com a política ambiental municipal, uma vez que a TPA é concebida como instrumento destinado ao financiamento das atividades de controle, monitoramento e fiscalização relacionadas aos impactos ambientais decorrentes do fluxo turístico e veicular.

A nova redação proposta para o art. 228-B mantém expressamente a finalidade de proteção, preservação e conservação do meio ambiente, relacionando a cobrança da taxa ao exercício do poder de polícia municipal. Sob a perspectiva ambiental, portanto, a Comissão entende que a proposição estabelece mecanismos destinados a fortalecer a relação entre a arrecadação da TPA e as ações de preservação, fiscalização, recuperação e educação ambiental.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

Então, as três Comissões, após examinarem a proposição dentro de suas respectivas competências, verificam que o Projeto de Lei Complementar n.º 05/2026 promove uma reformulação relevante da disciplina da Taxa de Preservação Ambiental, pois o projeto redefine e detalha o fato gerador da TPA; estabelece a relação da cobrança com o exercício do poder de polícia; disciplina o ingresso, a permanência e a nova ocorrência do fato gerador; estabelece os valores da taxa segundo as categorias de veículos; reorganiza as hipóteses de isenção; disciplina o cadastramento e a comprovação das isenções; regulamenta a operacionalização dos sistemas de arrecadação e fiscalização; estabelece limites para eventual delegação de atividades materiais a terceiros; cria o Fundo Municipal de Gestão da TPA; estabelece a destinação dos recursos; determina mecanismos de transparência e prestação de informações; disciplina o exercício do poder de polícia; estabelece penalidades pelo inadimplemento; regulamenta o pagamento espontâneo e o lançamento de ofício; e corrige a numeração do atual art. 229-H.

Diante do exposto, as **Comissões de Justiça, Legislação e Redação; de Finanças e Orçamento; e de Meio Ambiente**, no âmbito de suas respectivas competências e após análise do Projeto de Lei Complementar n.º 05/2026, manifestam-se pela regularidade jurídica, financeira e ambiental da proposição, não identificando, nos aspectos examinados, impedimento ao seu prosseguimento.

Dessa forma, as Comissões, reunidas nesta data, deliberaram pela emissão de **PARECER FAVORÁVEL**, opinando pela regular tramitação da proposição e posterior apreciação pelo Plenário desta Casa Legislativa, uma vez que não apresenta vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, conforme o parecer jurídico desta Câmara Municipal.

É o parecer.
APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO
POR maioria 9x1 DE VOTOS

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2026.

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

22, 09, 26

PRESIDENTE

Henriana Pessuto
Candido Lacerda
PRESIDENTE

Comissão de Justiça

Diego de Castro Pereira
SECRETÁRIO

Maria Angela Laurito de
Moraes
MEMBRO

Comissão de Finanças e Orçamento

Petrio Renato da Silva
PRESIDENTE

Alex Damasceno Reis
Framba
SECRETÁRIO

João Paulo Teixeira
MEMBRO

Comissão de Serviços Públicos e Meio Ambiente

Glauber José Ferraz
Correa
PRESIDENTE

Daniel Simões da Costa
SECRETÁRIO

Antonino Carlos Soares
MEMBRO

Praça Professor Antônio Argino, 84 - Centro - São Sebastião/SP - CEP: 11608-554 - Tel. (12) 3891-0000



Site oficial: saosebastiao.sp.leg.br
Autenticar documento em: <http://nopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade>
com o identificador 310035003200370035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.